

CORPO, DISCURSO E SUBJETIVIDADE¹

ERNST, Aracy (UCPEL)

Nos diferentes diálogos, dos mais banais e corriqueiros aos mais eruditos e formais, o sujeito constrói uma imagem de si assim como constrói uma imagem do outro. A maneira de se inscrever nos enunciados que produz encontra-se intrinsecamente associada a essas construções. No âmbito da enunciação benvenistiana, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente a um locutor que mobiliza a língua, fazendo-a funcionar em função de um alocutário. Trata-se da noção de “quadro figurativo”, introduzida por Benveniste, que diz respeito à instauração no discurso de duas figuras necessárias: uma origem, outra destino da enunciação, estabelecendo-se sempre no “quadro figurativo” uma relação de dependência mútua entre elas. Aquele que diz “eu” só o diz em função de um outro que, na sua alocação, será um “tu”. Para Benveniste, essa condição do diálogo é constitutiva da “pessoa” e implica reciprocidade e reversibilidade: o “eu” se torna “tu” e o “tu” se torna “eu”, o que não significa simetria. Segundo o autor, o “eu” tem sempre uma posição de transcendência com relação ao “tu”. Tal polaridade singular, condição única derivada da linguagem, tem como característica fundamental a relação dialética que envolve seus termos e que constitui o fundamento lingüístico da subjetividade. (cf. Benveniste, 1966, p.260) Nessa relação, aquele que se apresenta como “eu” e designa o outro como “tu” elabora representações para si e para o outro que não são da ordem do artifício ou de técnicas apreendidas, mas da ordem de um imaginário forjado historicamente.

¹ Este trabalho origina-se do projeto de pesquisa “Corpos Discursivos no espaço Escolar”, cujo objetivo é investigar as diferentes práticas discursivas, relativas ao corpo, que se efetivam nas instituições escolares.

Pêcheux (1990), com base no esquema informacional de Jakobson, vai examinar não só a relação especular que se estabelece entre locutor e alocutário como também a relação que se estabelece entre eles e o objeto de que falam, a partir da concepção de discurso como “efeito de sentidos” entre A e B, lugares determinados numa formação social – diretor, aluno, professor, chefe de empresa, etc. Sua hipótese é a de que esses lugares são representações, “formações imaginárias” que designam os lugares que A e B se atribuem – um ao outro e a si mesmos -, imagens que fazem do seu lugar e do lugar do outro. Da mesma forma, o objeto do discurso também, nessa perspectiva, é um objeto imaginário e não uma realidade física.

O que me interessa focalizar aqui é especificamente a constituição da(s) subjetividade(s) a partir das formações imaginárias que se estabelecem nos diálogos sobre o corpo, construídos nas portas e paredes dos banheiros das escolas², tecendo hipóteses sobre o tipo de relação entre o “eu” e o “tu” e entre eles e o objeto discursivo. Que imagens estão em jogo? Obviamente, não aquelas relacionadas aos valores sociais positivos de preservação da face de que nos fala Goffman, sendo a face, de acordo com o autor, uma imagem do eu “delineada segundo certos atributos sociais aprovados e [...] partilháveis, uma vez que podemos, por exemplo, causar uma boa imagem de nossa profissão ou de nossa fé quando causamos uma boa imagem de nós mesmos”. (1973, p. 9)

Trata-se, então, de refletir sobre um sujeito que se coloca numa posição contrária ao que usualmente é aceito, transgredindo as normas, num espaço onde a privacidade encontra-se preservada e a salvo da reação direta e imediata provocada pela rejeição e depreciação de um possível interlocutor frente a enunciados indecorosos, fato que, num diálogo face-a-face, seria normalmente inevitável. Não há, portanto, nesse caso, preocupação em manter uma imagem positiva do “eu”.

² Registro que este trabalho teve sua origem na proposta de Gregory Weiss Costa, bolsista de iniciação científica, que participa do projeto de pesquisa acima mencionado.

Na verdade, os diálogos que ocorrem nesse espaço têm uma especificidade que deve ser pensada: a produção do enunciado assim como sua recepção são processos solitários. Decorrem daí perguntas fundamentais que podem nortear o entendimento do que aqui se propõe: que formações imaginárias constituem esses discursos? Que sujeito é esse que burla o instituído mediante o uso de formas agressivas e/ou humorísticas referentes ao corpo e como ele se apresenta e se representa naquilo que diz? E subsidiária a essa questão, outra: qual é a natureza da relação de confronto estabelecida? Desnecessário dizer que o que está aqui em jogo é uma relação diferenciada entre sujeitos – anônimos - frente ao corpo, relação mediada pelo simbólico, num espaço essencialmente privado.

No entanto, embora sejam enunciados anônimos não estão desencarnados. A palavra proferida sempre é a palavra de um sujeito, mesmo que não haja possibilidade de identificá-lo enquanto pessoa no mundo, e simultânea e paradoxalmente não é de ninguém, não pertence a ninguém. Todavia, apresenta posições-sujeito, posições essas marcadas pelo desejo de dizer aquilo que não pode ser dito. Isso é conseguido através do anonimato e do espaço específico dos banheiros que fazem emergir a escrita estranha, a escrita-tabu, grotesca que não cabe no convencionalizado, sobre um corpo também estranho, o sexuado que não deve ser discursivizado. Na realidade, o sujeito toma um lugar em que não é reconhecível. Sem nome, não assume o que diz. Desse lugar, da não-identidade do eu, transgride e expõe o proibido.

Historicamente, diferentes práticas discursivas têm atuado no sentido de conter os corpos, obedecendo a sistemas de coerção que proíbem o gordo, o baixo, o negro, por exemplo, e certas palavras e expressões que se referem a partes deles, especificamente as concernentes à sexualidade. Com relação ao primeiro caso, põe-se em funcionamento o ideal de indefectibilidade do corpo que se manifesta no discurso escolar em consonância com os estereótipos presentes no discurso do senso comum e, em outros, como o publicitário. Esse

ideal é perseguido tenazmente por grande parte das pessoas que, julgando-se imperfeitas, necessitam de meios que lhes garantam o corpo ideal. O culto à juventude e à beleza, o privilégio da pele branca, o medo da velhice e da morte, a moda e as representações coletivas impõem cânones que só um pequeno número consegue alcançar e impedem que a maioria sintam-se à vontade em seu próprio corpo e aceite sua imagem. Quanto ao segundo caso, o do uso de determinadas palavras e expressões designativas da sexualidade, elas não podem ser vistas nem ouvidas a não ser em quadros ou espaços bem específicos em que o corpo do sujeito é separado de sua sexualidade. Trata-se aqui da sexualidade enquanto objeto científico, discurso higienizado, descontaminado do desejo do sujeito.

Esse processo de regulação do corpo e do discurso sobre o corpo que nele inscrevem marcas de identidade e diferenciação, tem nas práticas sociais e no cotidiano da escola a produção de um efeito permanente, contínuo e muito eficaz. Um dos meios empregados para isso é o próprio currículo das escolas. Segundo Silva:

Tendemos a ver o currículo como ligado ao cognitivo, a idéias, a conceitos, a informações. Na visão educacional tradicional, o corpo é território exclusivo da Educação Física. Esquece-se que, assim como existe uma política do corpo, um bio-poder, como demonstrou Foucault, existe também uma política educacional do corpo, de alcance muito mais amplo. (2003, p. 203)

Essa política educacional do corpo, segundo o autor que adota uma perspectiva nitidamente foucaultineana, comporta mecanismos de regulação extremamente eficazes e eficientes – organização de tempo e espaço, rituais, gestos, movimentos e posições controlados, etc. – atuando no sentido de moldar os corpos quanto à raça, credo, classe e gênero e conduzindo-os a fins predeterminados em consonância com os padrões sociais dominantes, mas também acrescento, formatando discursos na medida em que define o que

pode ser dito e o que não pode ser dito sobre o corpo. A regulação do currículo construiu-se historicamente mais numa direção moralizante do que numa direção socializante com vistas a uma cultura comum, segundo o autor.

O processo de disciplinamento do corpo frente às imposições de caráter ideológico atua em diferentes domínios, especialmente na regulação do sexo. Segundo Foucault, a partir do século XVIII, criaram-se inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas para disciplinar o sexo das crianças e dos adolescentes não através da repressão e do silêncio, mas através de formas de discurso o qual “codificou conteúdos e qualificou locutores”, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa. Tais formas de discurso podem ter escamoteado, de acordo com o autor, uma maneira de falar do sexo qualificada de grosseira, crua e direta. Para ele, no entanto, “isso não passou da contrapartida e, talvez da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder”. (1997, p. 32)

O meu interesse aqui é exatamente tratar desse discurso chulo, grosseiro e desqualificado sobre o sexo cujo registro encontramos nas portas e paredes dos banheiros das escolas, espaço onde se ele se forja diferentemente do que ocorre, por exemplo, no âmbito da medicina, da economia, da pedagogia e da justiça que o institucionalizam. Essa institucionalização do discurso sobre o sexo significa que pode ser falado, mas sob restritas condições e sob determinadas formas, “as permitidas”.

Tais formas, por exemplo, no discurso médico assim como o pedagógico sobre o sexo, valem-se da não-pessoa benvenistiana e adotam designações específicas, as permitidas, que legitimam o tratamento desse (a)objeto secreto – o sexo. Em termos enunciativos, pode-se dizer que o uso da não-pessoa estabelece um distanciamento em dois níveis: entre o sujeito-locutor e o seu interlocutor e entre o

sujeito-locutor e o objeto de seu discurso – por exemplo, entre o discurso do médico e o do paciente existe um terceiro, o discurso científico, o mesmo ocorrendo com o discurso pedagógico – encontrando-se aí também implicada uma hierarquia definida socialmente: médico/paciente ou professor/aluno. A esse discurso, o científico, é permitido falar sobre o corpo, sobre o sexo, logicamente através de designações outras que não as encontradas nas piadas chulas e nas formulações dos banheiros. O estranho é que tratam do mesmo referente: a sexualidade do corpo. Assim, o simples ato de designar e de designar diferentemente provoca determinados efeitos de sentido, determinadas interpretações que possibilitam a identificação de posições diferenciadas, normais ou marginais, por parte de quem as enuncia que pode, por conseguinte, influenciar favorável ou desfavoravelmente o destinatário.

Ao lado, pois, das formas “permitidas” existem as “não-permitidas”, as interditas, ligadas às coerções sociais. Trata-se obviamente dos “tabus lingüísticos” caracterizados pelo fato de que palavras ou expressões, embora existindo, não podem ser usadas. Torna-se proibido nomear a coisa ou nomeá-la de uma determinada forma. Como consequência, há a rejeição ou depreciação de quem as enuncia.

Um aspecto importante a ser destacado é que, na sua grande maioria, as formulações coletadas, referentes à sexualidade, e que constituem o “corpus” desta pesquisa, ao contrário do discurso científico em que há um processo de dessubjetivação, enquadram-se na categoria benvenistiana de “discurso”, pois ocorrem marcas de pessoa, o “eu” (pessoa subjetiva) e o “tu” (pessoa não-subjetiva), ensejando uma possível reversibilidade; no caso, posterior ao momento da enunciação e sem a presença do sujeito-locutor e apresentam-se no tempo presente (às vezes ligado ao imperativo, forma verbal que se coaduna com o presente). Poder-se-ia pensar, no entanto, que esse discurso, prática solitária e transgressora, constituir-se-ia num desiderato e prescindiria da presença de um interlocutor,

descartando a reversibilidade prevista em grande parte das situações de enunciação³.

No entanto, como já foi dito anteriormente, Pêcheux (1969) afirma que o discurso produzido por um sujeito A sempre pressupõe um destinatário B que se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social. Tais lugares são representados nos processos discursivos a partir de uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. O autor propõe quatro questões: duas referentes às imagens de A e duas referentes às imagens de B, quais sejam: “Quem sou eu para lhe falar assim?”/ “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” e “Quem sou eu para que ele me fale assim?”/”Quem é ele para que me fale assim?”. A essas questões que dizem respeito à posição dos protagonistas do discurso, Pêcheux adiciona mais duas relativas ao referente, ao objeto imaginário que diz respeito não à realidade física, mas ao ponto de vista do sujeito: “De que lhes falo assim?” e “De que ele me fala assim?”

A posição dos protagonistas do discurso, no caso em foco, dadas as condições de produção, diferencia-se, entretanto, dos lugares determinados na estrutura social de que nos fala Pêcheux: os lugares do patrão, do operário, do chefe de repartição, etc. Dizer que os protagonistas falam do lugar de alunos é extremamente redutor, pelo menos nessa situação. É claro que esse lugar enunciativo, de alguma forma, também determina o discurso que ali se presentifica – não encontramos nos banheiros dos professores tais formulações, mas a condição de ser aluno possibilita mais facilmente esse tipo de transgressão em vista talvez da dificuldade de identificá-lo no meio a tantos outros. Entretanto, o que está em jogo é uma coisa de outra natureza. Trata-se da posição de um sujeito-desejante, que deixa à

³ Essa reversibilidade possui graus. De acordo com a tipologia organizada por Orlandi, no autoritário, tenderia a zero, no polêmico, dá-se sob certas condições e, no lúdico, alcançaria o máximo de possibilidade de realização.

mostra suas pulsões⁴, aquilo que muitas vezes causa revolta, repulsa e vergonha, e que, através das obras de arte, apresenta-se disfarçado, alterado e burilado. No caso das escritas dos banheiros, no entanto, esse processo não é vivido simbolicamente, ao contrário, é exposto abertamente, provocando muitas vezes o humor. Não importa aqui a imagem criada a partir da estrutura social, nem evidentemente a relação narcísica do sujeito com seu ego. Ao contrário, essas escritas rasgam as máscaras, deixando a descoberto o ignóbil, o não declarado, o abjeto exatamente num espaço físico destinado aos “maus objetos” na acepção de Pêcheux. Segundo ele, “a necessidade universal de um “mundo semanticamente normal” começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento)”. (1990, p. 34)

Os banheiros das escolas e das universidades enquanto espaço dos maus objetos mostra um discurso atípico e marginal sobre o corpo. É o lugar em que ocorre uma relação singular do sujeito com a letra e com o outro, frente ao que a escola não considera ou considera de maneira diferente. É aquilo que emerge do silêncio, daquilo que lhe é negado e que se manifesta através de formas escatológicas.

Não se trata, portanto, do discurso médico, pedagógico ou científico nem tampouco de alusão sexual, de subentendidos, em que a manipulação fina e sutil da linguagem teria como função “dar a entender”, fato que ocorre frequentemente no cotidiano das pessoas, em que se trapaceia o interdito. Ao contrário, expõe-se, numa enunciação direta, embora sem a presença do destinatário, o corpo, aberta e publicamente, sem pudor, de forma chocante e obscena. A

⁴ O termo “pulsão” da área psicanalítica diferencia-se de “instinto”. Esse caracteriza-se por sua fixidez em termos de determinação e de objeto; aquele, por ter uma face orgânica e outra psíquica. Ao contrário do instinto que busca a satisfação de uma carência biológica, visa prioritariamente o prazer da satisfação. Para Freud (1976), enquanto o objeto do instinto é fixo e está no mundo externo, o da pulsão é uma marca e está no inconsciente.

linguagem distancia-se dessas esferas, apagando as fronteiras dos discursos oficializados e expondo o corpo grotesco.

Lembro aqui a passagem, citada por Machado (1995), em que Grandgousier, personagem da obra *Gargantua*, de Rabelais, pergunta ao filho “se o haviam conservado asseado e limpo”. Ele lhe responde através de um extenso relato, terminando com os versos:

*Há dias, quando cagava,
Tive o que me era devido:
O cheiro eu não esperava
E fiquei todo fedido.
Oh! Se houvessem consentido
Em levar-me o que aguardava,
Cagando!*

*A pissa de quem chegasse
Teria eu logo tapado,
Para que também fechasse
O meu buraco borrado.
Cagando!*

- E, agora, diga que não sei nada. Juro que esses versos não são meus e que só os guardei na caixa da memória depois de ouvir aquela senhora recitá-los.

- Mas, - diz Grandgousier, - voltemos ao assunto.

- Pois bem, - continuou Gargantua, - só se limpa o cu quando ele está sujo; ora, ele só está sujo quando se caga, logo, para limpar o cu é preciso cagar.

- Oh! – exclama Grandgousier, - que lógica tem você, meu pimpolho! Juro que vou mandá-lo para a Sorbonne, pois você tem mais raciocínio do que idade. E, agora, continue a descrição limpaculativa, vamos! (pp. 96-7)

Bakhtin, observando a dinâmica do poema satírico de Rabelais, diz que todos os povos modernos têm imensas esferas de linguagem não-publicada, cuja existência a língua literária falada, educada, nega. O fragmento apresentado acima é uma dessas esferas assim como os

enunciados encontrados nas portas e paredes dos banheiros. Neles fazem-se presentes, fartamente, termos degradados e injuriosos, imprecações e todo tipo de obscenidade. São procedimentos pitorescos e/ou grotescos, produções dialógicas que quebram a seriedade da linguagem estandardizada, formas de ruptura com o discurso institucionalizado que se valem de recursos formais muitas vezes presentes no discurso literário.

Observem-se as formulações abaixo:

1. *Frente aos atuais mandos e desmandos de Brasília*
É preciso estar sempre ao lado do governo
Porque se estivermos à frente ele nos fode
E se estivermos atrás ele nos caga.

Percebe-se que há, nesses enunciados, uma crítica facilmente apreensível e que se estabelece a partir do tom irônico e perverso utilizado para censurar o governo. Os significantes, do domínio da política e do sexo, enlaçam-se inusitadamente numa promiscuidade que provoca o riso. O sujeito cria uma expectativa, apresenta uma posição, nos dois primeiros versos, que é quebrada nos versos seguintes, procedimento típico dos discursos humorísticos. O discurso grave, presente nos dois primeiros versos, é trazido para o nível da caracterização grotesca através do emprego de duas lexias pertencentes ao domínio do interdito e através da ambigüidade inscrita no termo “ao lado” que pode funcionar tanto como “a favor de, ou favoravelmente” ou como dêitico e aí funcionar como “lugar situado à direita ou à esquerda de qualquer corpo”. É a interpretação dêitica que cria a possibilidade do emprego das duas lexias que deformam o discurso sério e instaura o confronto entre duas posições-sujeito: uma de acordo com o governo e outra de desacordo. Esses processos de transferência (metáfora) e de deslocamento de sentidos de um domínio discursivo para outro, também ocorrem nas formulações a seguir.

2. *Oi, sou Paulinho*

*O pirulito falante
Quer ser meu amigo?*

*Oi, sou Rosquinha
O buraquinho falante,
Sou de RG e sou
Namorada do pau-linho!*

Aqui também se verifica uma transferência no que diz respeito a diferentes domínios discursivos. Aparentemente trata-se de versinhos infantis, no entanto, falam de sexualidade. Esse entrelaçamento estranho, da mesma forma que o caso anterior, gera o humor. Além disso, constata-se, no que diz respeito à designação, um processo de personificação dos órgãos sexuais, que adquirem autonomia. Esse processo vale-se do nome próprio “Paulinho” que tem aproximação fonética com o termo popular designativo do falo e de “Rosquinha”, que embora não seja nome próprio, adquire esse estatuto no contexto em que é empregado. O efeito metafórico dá-se também a partir das substituições lexicais “pirulito falante” e “buraquinho falante”. A passagem metafórica, em outras palavras, a virada para o erotismo é, na realidade, sugerida. Há uma superposição. Sobre uma mesma formulação atuam duas descrições: uma ligada à literalidade do significante⁵, outra ligada ao nível erótico, que se estabelece a partir da “contaminação formal”, expressão empregada por De Certeau. Uma outra estratégia discursiva utilizada e que remete mais diretamente à sexualidade, no caso, é a palavra hifenizada “pau-linho”.

Imaginemos essas formulações, todavia, fora desse espaço. O efeito de sentido seria o mesmo? É possível que seja diferente, sem alusão à sexualidade. O que faz, então, com que as interpretemos como chulas, obscenas e grosseiras? É o lugar em que são construídas? Então, o processo de designação por si só não é suficiente para causar o efeito desejado. Ele depende do lugar em que

⁵ O termo “literalidade” deve ser entendido aqui como os sentidos cristalizados historicamente.

é dito, mesmo porque essas formulações convivem ao lado de muitas outras que remetem à sexualidade. Tanto isso é verdade, que ao lado delas, na parede do banheiro, foram feitos desenhos relativos aos órgãos sexuais, para dar conta do referente. O que ocorre é um deslocamento de significantes que passam a significar diferentemente em função das condições de produção aí incluída o espaço de enunciação.

Os banheiros são certamente os espaços onde acontece, do modo mais espontâneo e sem censura explícita e exterior, os jogos de palavras de teor erótico ou pornográfico. Há razões para isso, dentre elas destaco as seguintes:

1. é um espaço pouco controlável, em que os sujeitos estão sós;
2. os sujeitos são anônimos, permutáveis, a sua presença é eventual;
3. estão livres da pressão social.

Tais jogos de palavras, duplos sentidos e ambigüidades, cuja função não é a de enfrentar os limites do interdito do jogo relacional que autoriza dizer-se mais do que normalmente é permitido, dá livre curso a um discurso transgressor sobre o corpo.

Todavia, essa prática transgressiva é um dizer que dificilmente vai culminar num fazer. A exemplo dos gestos obscenos que, segundo Cesarotto, constituem atitudes, condenadas pela moral e pela boa educação, mas freqüentes em quase todas as culturas, que têm como finalidade apenas a intenção de agredir, não chegando às vias de fato, as formulações obscenas também parecem funcionar da mesma maneira. Diz ele que a frase “vá se f...” – que possui linguagem gestual correspondente – “estaria longe de ser um convite erótico; em princípio, quem a vocifera, ou faz o gesto, está se postando ativamente, relegando o antagonista à passividade e ao escárnio”. (2003, p. 96)

Para finalizar, gostaria de destacar que, nessa prática discursiva, as formulações que ocorrem caracterizam-se por serem “equívocas”, isto é, jogam com outros sentidos que não os institucionalizados, tanto no nível do código lingüístico quanto no nível das convenções sociais. É um processo que, em termos de De Certeau, “forçam os códigos da língua convencional para dar expressão ao seu subentendido latente; aplicam sobre as convenções da linguagem uma atividade de transformação que muda o destino semântico de um enunciado no ato da enunciação”. (2003, p.66-7) Essa mudança, no caso, diz respeito ao desvelamento da obscenidade latente no qual o que importa é a palavra, volúvel e volátil, que tem como característica básica a ação deliberada do sujeito-enunciador sobre ela.

A análise, mesmo que preliminar, mostra que há um trabalho discursivo específico nessas formulações – paródia, ironia, duplo sentido, etc. - com a finalidade de provocar o riso e/ou agredir. Essa prática significativa instaura a ruptura, o exercício do imprevisível, desordem nos arranjos sociais e é de caráter pulsional, pervertendo e demolindo os códigos através de uma ação direta sobre a linguagem. Trata-se de um caso de antidisciplina (radical) de um sujeito que, desembaraçado das coerções normalmente existentes e ligadas ao imaginário social, implicadas nas questões formuladas por Pêcheux, vê-se livre desses agenciamentos, expondo cruamente aquilo que é lhe é negado historicamente, a sua relação com o corpo sexuado.

Bibliografia

- BAKHTIN, Mikhael. *Questões de literatura e estética (a teoria do romance)*. São Paulo, Hucitec/Edunesp, 1988.
- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, 1*. Paris, Éditions Gallimard, 1966.

- CESAROTTO, Oscar Angel. Gestos obscenos. In: LEITE, Nina Virgínia de Araújo. *Corpolinguagem: Gestos e Afetos*. Campinas, Mercado de Letras Edições, 2003.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. V. 2. Petrópolis, Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da Prisão. Rio, Vozes, 1977.
- GOFFMAN, Erving. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris, Minuit, 1973.
- MACHADO, Irene. *O Romance e a voz*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Alienígenas na sala de aula*. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, Vozes, 2003.